

A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

Raquel Valani¹

Simone Aparecida Fernandes Anastácio²

RESUMO

Este estudo analisa a interface entre Educação Especial e Educação do Campo por meio de uma revisão bibliográfica baseada em dissertações e teses de repositórios acadêmicos, como BDTD, CAPES, Repositório UFES e SciELO. O recorte temporal (2008-2023) fundamenta-se no Decreto nº 6.571/2008, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), impulsionando debates sobre inclusão educacional. A pesquisa mapeou avanços e desafios dessa política em escolas rurais, investigando o acesso ao currículo pelos estudantes da Educação Especial e as práticas educacionais adotadas. A metodologia envolveu a seleção de estudos a partir dos descritores “Educação Especial”, “Educação do Campo” e “Interface”, utilizando como referenciais teóricos Calado e Ferreira (2005) e Triviños (1987). A análise qualitativa identificou padrões e tendências nas pesquisas revisadas. Na BDTD, foram encontrados dez trabalhos (2012-2021), dos quais quatro se alinharam à proposta. No Periódico da CAPES, 27 estudos foram triados, selecionando-se oito dissertações e teses. Também foram analisados estudos do Repositório UFES e da SciELO. Foram criadas quatro categorias de análise: (i) Políticas Educacionais: urbanização do currículo, financiamento e nucleação das escolas rurais; (ii) Estrutura e Organização: salas de recursos multifuncionais (SRMs) e transporte; (iii) Práticas Pedagógicas: atendimento educacional especializado; e (iv) Formação Docente: políticas de formação continuada. Os resultados evidenciam desafios como precariedade na infraestrutura escolar, falta de formação docente específica e ausência de políticas públicas eficazes. Observa-se um viés urbanocêntrico nas diretrizes educacionais, impactando negativamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a adaptação curricular à realidade da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação do Campo, Inclusão Escolar, Atendimento Educacional Especializado, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A motivação deste estudo sobre Educação do Campo está profundamente ligada às minhas raízes, pois fui, ao longo de toda a minha vida, estudante de escola do campo, e minha formação acadêmica inicial também ocorreu em um curso superior por alternância, voltado especialmente para egressos de Escolas Famílias Agrícolas.

As dificuldades de acesso à escola — seja pelo transporte escolar, infraestrutura precária das estradas, trabalho árduo no campo ou fatores climáticos adversos — tornaram a trajetória educacional ainda mais desafiadora para estudantes com deficiência. Essa

¹ Pós-Graduanda em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, raquelvalani@hotmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, simonef.ufes@gmail.com.

realidade despertou em mim reflexões sobre as políticas de atendimento da Educação Especial a esses estudantes.

Diante dessas questões, sigo o princípio de Freire (1996, p.37): “me movo como educador(a), porque, primeiro, me movo como gente”. Assim, inicia-se uma pesquisa voltada especialmente aos estudantes que enfrentam duas formas de invisibilidade: a do campo e a da deficiência.

Durante a busca por referências sobre Educação Especial nas escolas do campo, redescobri um artigo que mencionei em minha primeira produção acadêmica, em 2018: “Educação Especial na Educação do Campo: 20 Anos de Silêncio no GT (Grupo de Trabalho) 15”, de Katia Regina Moreno Caiado e Sílvia Márcia Ferreira Meletti, publicado na Revista Brasileira de Educação Especial em agosto de 2011.

O artigo denuncia uma lacuna significativa:

Feito o levantamento entre todos os trabalhos apresentados nas reuniões do Grupo de Trabalho da Educação Especial da ANPEd, não encontramos nenhuma produção. Com este texto anunciamos o silêncio de 20 anos de produção científica referente à interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo. Porém, para além de anunciar esse silêncio, nosso objetivo será problematizá-lo e, quiçá, sensibilizar pesquisadores a ampliarem os estudos sobre Educação Especial na realidade do campo” (Caido; Meletti, 2011, p.94).

Diante desse alerta e considerando minha trajetória acadêmica, senti-me responsável por investigar essa desigualdade, que afeta inúmeras crianças brasileiras que não têm acesso ao atendimento adequado. Enquanto educadora do campo, vejo como dever social desenvolver uma educação que respeite as diferenças, promovendo ambientes que acolham a diversidade e integrem abordagens teórico-práticas que considerem suas especificidades.

A realização da pesquisa apresentou desafios diversos: escassez de recursos para deslocamento até as escolas, precariedade das estradas, dificuldades no contato com o objeto de estudo e na obtenção de entrevistas satisfatórias. Além disso, a lacuna de pesquisas específicas sobre minha questão reforçou a necessidade do estudo, centrado em duas problemáticas: o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas do campo e a rigidez curricular que ainda permeia as práticas pedagógicas dessas instituições.

A educação inclusiva tem se consolidado como direito fundamental no Brasil, especialmente para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. Contudo, a implementação das políticas de Educação Especial ainda enfrenta desafios, principalmente no contexto rural. No



município de Castelo (ES), as escolas do campo apresentam especificidades culturais, sociais e estruturais que exigem atenção à aplicação das políticas públicas para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo e à educação de qualidade.

A concepção de Educação do Campo foi construída coletivamente por movimentos sociais, pesquisadores e educadores comprometidos com uma proposta pedagógica que valorize os sujeitos do campo em suas especificidades. Seu marco inicial remonta à I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, em Goiás. Anos depois, essa proposta resultou em políticas públicas, como o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), lançado em 2012, e na criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), voltados à formação de professores oriundos das comunidades rurais, com metodologias por alternância e enfoque nas realidades locais.

Quanto ao uso das preposições, Silva (2011, apud Vieira, 2020) explica que “educação no campo”, frequentemente chamada de educação rural, refere-se a um modelo genérico, desvinculado da realidade local, baseado em métodos urbanos e voltado às exigências do mercado. Já o conceito de Educação do Campo surge de movimentos sociais que buscam uma educação contextualizada, respeitando a cultura, as especificidades e o modo de vida dos povos do campo (Silva, 2011, apud Vieira, 2020; Vieira, 2020).

A efetivação do direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, exige reconhecimento e valorização das diversidades, incluindo estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), cuja trajetória demanda práticas pedagógicas, políticas públicas e estruturas institucionais que assegurem não apenas o acesso, mas a permanência e a aprendizagem significativa.

Apesar de avanços legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), desafios persistem, sobretudo em contextos rurais. A Educação do Campo propõe romper com a lógica homogeneizadora urbana, reconhecendo os sujeitos em suas particularidades e propondo práticas pedagógicas adequadas. Assim, a interseção entre Educação Especial e Educação do Campo configura-se como um campo de estudo relevante e necessário.

Este trabalho busca analisar a relação entre essas modalidades, considerando a diversidade, a legislação vigente e as políticas públicas. A questão central investigativa é: Como tem se constituído o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação



Especial nas escolas do campo do município de Castelo (ES), considerando políticas públicas, organização escolar e AEE?

O objetivo geral do estudo é analisar como se constitui o atendimento a esses estudantes no contexto da Educação do Campo, problematizando a garantia do direito à escolarização e a interlocução entre essas duas modalidades de ensino.

No capítulo seguinte, apresentamos estudos realizados entre 2008 e 2023, tomando como base a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e minha trajetória acadêmica, incluindo ingresso na pós-graduação em 2023, para discutir essa temática de relevância social e educacional. A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

METODOLOGIA

Este estudo é fruto de um percurso marcado pela resistência, pela escuta e pelo desejo genuíno de transformação. Mais do que a conquista de um título acadêmico, esta pesquisa representa uma travessia pessoal e coletiva: de quem vive o chão da escola, de quem conhece a realidade do campo não apenas por leitura, mas por pertencimento. Trata-se de uma construção comprometida com a valorização da educação pública, do campo e das diferenças. O objetivo não é julgar práticas ou gestores, mas contribuir para o fortalecimento de políticas e ações que efetivamente façam a diferença na vida dos estudantes.

A pesquisa foi elaborada, planejada e conduzida por uma professora, estudante e moradora do município de Castelo (ES), localizado a aproximadamente 64,9 km de Alegre (ES). A história da ocupação de Castelo é marcada por diferentes versões, dada a escassez de registros históricos oficiais. Alguns relatos atribuem o início do povoamento à busca por ouro na região, destacando as expedições de Pedro Bueno Cacunda no início do século XVIII. Outras fontes sugerem a presença anterior dos jesuítas, ainda no século XVI, como indício de ocupações iniciais. A descoberta do ouro atraiu colonizadores e aventureiros, resultando em conflitos com os povos indígenas Puris e culminando na destruição da povoação em 1771. A reocupação do território ocorreu ao longo do século XIX, com a criação do aldeamento indígena Imperial Afonsino e a chegada de imigrantes



européus. A emancipação político-administrativa deu-se em 1928, e desde então o município se desenvolveu a partir da atividade mineradora, da agricultura e da organização institucional que consolidou sua identidade (Castelo, 2014).

É nesse território histórico, social e afetivo que se ancora esta investigação, justificada pela carência de estudos que articulem, de forma crítica e situada, os desafios e possibilidades da Educação Especial no contexto da Educação do Campo, especialmente em municípios de pequeno porte como Castelo (ES). O vínculo da pesquisadora com este território — como moradora, egressa da Escola Família Agrícola de Castelo e professora atuante em uma dessas instituições — reforça o compromisso ético-político da pesquisa, que parte do vivido para problematizar e contribuir com a prática. A escolha de um recorte territorial específico configura-se também como uma opção epistemológica, reconhecendo os saberes que emergem do chão da escola como legítimos e transformadores.

A pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória, e ancorou-se em uma abordagem dialógica, compreendendo os sujeitos como produtores de sentidos e experiências. Como destaca Freire (1996), é no encontro com o outro, na escuta e no diálogo, que se constrói o conhecimento crítico e emancipador. Assim, as entrevistas foram concebidas não apenas como técnica de coleta de dados, mas como espaços de partilha, reconhecimento e escuta ativa, potencializando a compreensão das práticas escolares e das relações institucionais.

O estudo foi desenvolvido na Secretaria Municipal de Educação de Castelo (SEME), incluindo levantamento e análise documental das políticas municipais de Educação e Educação Especial, com o intuito de verificar se há menção específica à interseção entre essas duas modalidades, bem como as orientações e diretrizes estabelecidas.

Como instrumentos de produção de dados, utilizaram-se a análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental incidiu sobre os Planos Municipais de Educação e de Educação Especial, confrontados com os marcos legais e normativos das esferas federal e estadual, como as orientações do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU-ES). Buscou-se também compreender como a dimensão do financiamento educacional interfere na efetivação da Educação Especial, especialmente na destinação de recursos para garantir o AEE nas escolas do campo. Conforme apontam Calado e Ferreira (2005), a análise documental



complementa outras técnicas investigativas, oferecendo subsídios relevantes sobre o objeto de estudo.

Para a interpretação dos dados empíricos, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011). Os dados foram organizados em categorias temáticas, permitindo a identificação de regularidades, tensões e sentidos atribuídos pelos sujeitos à articulação entre Educação do Campo e Educação Especial. Tal procedimento garantiu rigor analítico e coerência entre os objetivos da pesquisa e os achados empíricos.

A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo – Campus Alegre, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O protocolo, incluindo projeto, cronograma, orçamento, termos de consentimento e roteiro de entrevistas, foi aprovado, assegurando o sigilo das informações, a voluntariedade da participação e o uso de pseudônimos como medida de proteção à identidade.

É importante reconhecer os limites enfrentados, como a dificuldade de acesso a alguns documentos institucionais e a conciliação de agendas com profissionais entrevistados, especialmente devido à sobrecarga de trabalho e à logística do atendimento no campo. Tais desafios, longe de comprometerem os resultados, evidenciam a complexidade da realidade escolar e reforçam a importância de pesquisas situadas, sensíveis aos contextos locais e às vozes daqueles que constroem cotidianamente a educação pública.

No capítulo seguinte, apresentamos os resultados obtidos a partir da análise documental e das entrevistas realizadas com a SEME. Os dados, organizados em categorias temáticas, evidenciam avanços e desafios na articulação entre Educação Especial e Educação do Campo em Castelo (ES). As vozes dos participantes, articuladas ao referencial teórico e às diretrizes normativas, revelam tensões, lacunas e potencialidades que contribuem para compreender como se efetiva ou se fragiliza a inclusão escolar nesse contexto..

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados a partir das quatro categorias analíticas definidas na metodologia: políticas educacionais, estrutura e organização escolar, práticas pedagógicas e formação continuada. A análise dialoga com os referenciais teóricos da Educação Especial e da Educação do Campo, bem como com autores como Bardin



Embora o PME mencione o atendimento educacional especializado e a importância da formação docente, não há metas ou estratégias específicas voltadas para o público do campo. Essa ausência reforça a denúncia de Caiado e Meletti (2011) sobre a invisibilidade da interface entre as duas modalidades.

Essa fala revela o que Freire (1996) denominou de contradição entre o discurso libertador e a prática burocrática: políticas que, embora bem-intencionadas, não consideram as condições concretas de vida e trabalho das populações do campo. Outro fator crítico é o transporte escolar, especialmente para estudantes com deficiência física. As estradas rurais, as longas distâncias e a falta de veículos adaptados dificultam o acesso e, em alguns casos, levam à evasão escolar parcial. Esse cenário confirma as análises de Anjos (2021), que identificou o transporte como um dos maiores entraves à inclusão em áreas rurais.

A ausência de políticas municipais de incentivo à formação e à valorização docente reflete uma lacuna estrutural que impacta diretamente a qualidade da inclusão escolar. A pedagogia do campo, como lembra Caldart (2002), exige formações que integrem trabalho, vida e saberes locais, articulando teoria e prática, escola e comunidade.



Os achados do estudo confirmam que a inclusão nas escolas do campo de Castelo (ES) se realiza entre contradições, limites e resistências. As políticas públicas ainda não dialogam plenamente com as especificidades do meio rural, e as práticas inclusivas dependem majoritariamente do engajamento individual dos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou compreender, de maneira profunda e dialógica, como a política de inclusão escolar se efetiva em contextos rurais, revelando tanto avanços quanto contradições na articulação entre a Educação Especial e a Educação do Campo.

O estudo evidenciou que o município de Castelo possui políticas e ações que demonstram esforços em prol da inclusão, como a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e o acompanhamento técnico da SEME. Entretanto, essas iniciativas permanecem fragmentadas e pouco articuladas às especificidades da vida no campo. A ausência de diretrizes claras voltadas às escolas rurais e a descontinuidade das formações revelam uma política que, embora legalmente avançada, ainda não se concretiza plenamente como prática emancipatória.

Constatou-se que a efetivação do direito à educação inclusiva no campo é atravessada por múltiplos condicionantes: distâncias geográficas, condições precárias das estradas, transporte escolar insuficiente e carência de recursos tecnológicos e humanos especializados. Esses fatores, somados à ausência de políticas integradas, limitam significativamente a experiência escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Apesar desses desafios, a pesquisa também evidenciou experiências de resistência e reinvenção, protagonizadas principalmente por professoras do AEE que, com sensibilidade e compromisso, desenvolvem práticas pedagógicas criativas e contextualizadas. São ações que emergem da escuta e do vínculo com os estudantes, reafirmando o que Freire (1996) denomina “inéditos viáveis” — iniciativas concretas que rompem o fatalismo e anunciam possibilidades de transformação.

A análise das formações continuadas oferecidas pela SEME revelou lacunas estruturais que comprometem a consolidação de práticas inclusivas no campo. As formações, embora existentes, não são contínuas nem contextualizadas e frequentemente ocorrem fora do horário de trabalho. Nesse sentido, torna-se urgente repensar as políticas de formação e valorização docente, compreendendo-as como dimensões indissociáveis



do processo de inclusão. Inspirando-se em Caldart (2002) e Arroyo (2011), a formação deve partir das experiências vividas, das dificuldades reais e das potências locais, valorizando a escola do campo como espaço de produção de conhecimento.

A pesquisa reafirma o campo como território de saberes, identidades e lutas, e não como espaço de carência. A Educação do Campo, quando articulada à Educação Especial, pode se tornar um instrumento poderoso de emancipação, oferecendo condições para uma aprendizagem significativa, enraizada no cotidiano e nas relações comunitárias.

A invisibilidade dessa interface nas políticas e produções acadêmicas configura uma questão política e epistemológica. Como defendem Caiado e Meletti (2011), é necessário romper o silêncio e reconhecer os sujeitos do campo com deficiência como parte legítima da comunidade educativa.

O estudo contribui para ampliar o debate sobre a inclusão escolar em contextos rurais, destacando a importância de políticas integradas, da escuta das vozes docentes e da formulação de ações formativas contextualizadas. Além disso, oferece subsídios para estratégias de gestão participativa, que valorizem o protagonismo das escolas e de seus educadores.

Enquanto educadora e pesquisadora oriunda do campo, a autora reconhece que esta investigação também constitui um exercício de autoanálise e compromisso coletivo. Retornar ao território onde cresceu e estudou permitiu revisitar memórias e compreender, com maior profundidade, os desafios e potencialidades da escola do campo.

A pesquisa se encerra, mas o compromisso político e pedagógico com a educação inclusiva permanece. Como afirma Freire (1996), “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. Amar o campo e seus sujeitos é, portanto, resistir à exclusão, afirmando a escola como lugar de vida, dignidade e esperança.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Cristiano Félix dos. **Cartografando as interfaces Educação Especial e Educação do Campo: desvelando epistemologias, produção de existências e saberes credíveis**. 2021.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CAIADO, Kátia Regina Moreno; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 3, p. 93–108, 2011.



CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. 2005. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados.** Texto distribuído na disciplina Metodologia da Investigação I, no PPG da Educação–UNISINOS, no 2º semestre de 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELO (ES). **Plano Municipal de Educação de Castelo (2015–2025).** Castelo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: um movimento político e pedagógico do campo.** 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

